

TRANSCRIÇÃO DA VERSÃO PORTUGUESA DO TRATADO DE HAIA (1641)

Eliabe Procópio (UFRR)

eliabe.procopio@ufr.br

Enderson do Nascimento (UFRR)

ender_n@hotmail.com

RESUMO

A pesquisa de fontes primárias para o estudo histórico, linguístico e filológico nos propicia encontrar textos singulares para nossa formação histórico-cultural como nação, como se cada século nos apresentasse textos representativos, como, por exemplo: o Tratado de Haia (1641), estabelecido entre Portugal e Holanda. O texto de partida para a transcrição se trata de uma versão disponível no Arquivo Municipal de Amsterdã. Após realizarmos buscas, encontramos várias lições e constatamos que existem algumas diferenças entre essas edições citadas e a nossa, que apresenta mais laudas e informações frente às outras. Assim, propomo-nos a editar o Tratado de Haia e, para este momento, apresentaremos a transcrição, apontando suas peculiaridades e desafios.

Palavras-chave: Filologia. Edição semipaleográfica. Tratado de Haia.

1. *Contextualização histórica*

Entendemos que uma das funções da filologia é o estudo de textos antigos para interpretar e editá-lo, e que a procura de fontes primárias para o estudo histórico e linguístico-filológico nos propicia encontrar textos singulares para nossa formação histórico-cultural como nação, como se cada século nos apresentasse textos representativos, como, por exemplo: o Tratado de Tordesilhas (1492), a Carta de Caminha (1500) etc, e o Tratado de Haia (1641), estabelecido entre Portugal e Holanda.

A singularidade desse tratado reside na data de sua escritura, pois: em 1640, terminava a União Peninsular (1580-1640); ocorria a Guerra dos 80 anos entre os Países Baixos e Espanha (1568-1648), quando de seu encerramento Holanda se torna unificada e independente da Coroa Espanhola; firmava-se um acordo de paz entre os Países Baixos e Portugal, contudo isso só procedeu na Europa, porque, no Brasil, continuavam as inúmeras incursões militares, inclusive com o pleno estabelecimento da Companhia das Índias Ocidentais e do governo de Nassau (1637-1645), apenas para citar alguns dos acontecimentos.

Com a assinatura do Tratado de Haia, objetivou-se estabelecer

uma trégua de dez anos entre a República Holandesa e o Reino Português, no fundo era mais um acordo defensivo e ofensivo, pois os futuros ataques tinham data de início e fim. Além disso, prevê-se, no texto, formar uma coalizão militar para empreender contra o Reino Espanhol; e, embora, na Europa, esse tratado tenha sido seguido, nas colônias portuguesas, como no Brasil, continuaram as investidas. Tanto é que, em 1661, assinou-se outro acordo entre Holanda e Portugal, pondo termo aos ataques holandeses no Nordeste brasileiro.

Claro que este primeiro tratado (1641) foi escrito fundamentado em várias informações já sabidas por ambas as partes. Assim, a edição dos tratados entre Portugal e Holanda referentes ao Brasil colonial servem para reconstruir um percurso histórico-político ainda carente de informações.

2. Levantamento estemático

Considerando que a *recensio* objetiva reunir, cotejar e hierarquizar as várias lições de um mesmo texto, nosso levantamento estemático parte da versão disponível no Arquivo Municipal de Amsterdã (*Stadsarchief Amsterdam*²⁷²), com isso nos interessa organizar genealógicamente as versões identificadas, a saber:

- a) Calvo (1862, tomo I) – uma tradução portuguesa da versão em Holandês (CALVO, tomo I, 1862), publicada numa coletânea espanhola de tratados, na qual afirma o autor ser uma “tradução que se guarda no real archivo da Torre do Tombo”, porém não afirma a língua originária.
- b) Castro (1856, tomo I) – trata-se de uma edição bilíngue latim/português.
- c) Biblioteca Brasileira/USP²⁷³ – trata-se de um impresso, publicado no ano de 1642, em cujo título afirma o impressor: “Treslado do Latin na Lingoa Portuguesa”. Com isso somamos mais uma informação ao

²⁷² www.stadsarchief.amsterdam.nl

Agradecemos ao prof. Dr. Lodewijk Hulsman, professor da Universidade de Amsterdã e pesquisador na UFRR, quem nos possibilitou o tratado em questão.

²⁷³ <http://www.brasiliana.usp.br>

stemma do nosso texto, foi ele escrito em latim, informação confirmada nas seis versões holandesas disponíveis virtualmente na Biblioteca Universitária de Gante/Bélgica (*Universiteit Bibliotheek Gent*²⁷⁴), como observamos no sumário paleográfico:

Translaet uyt het Latijn inde Nederlantsche tale. Tractaet van Bestant ende ophoudinge van alle Acten van Vyandtschap, als oock van Traffijcq, Commercien ende Secours, gemaect [...] in "s Gravenh. den 12 Junij 1641 voor den tijdt van tien Jaren, tuss. de [...] Ambassadeur ende Raedt vanden [...] Con. van Portugael [...] ende de Gedeput. vande [...] Staten Generael [...]. Publisher's Gravenhage: Wed. ende Erfg. v. Hillebrant Jacobsz van Wouw, 1642.

- d) Biblioteca Estadual da Baviera/Munique (*Bayerische Staatsbibliothek/München*²⁷⁵) – trata-se de 6 impressos traduzidos de uma versão latina, possivelmente a *editio princeps*.
- e) Bernard (1700, vol. III) – trata-se de uma versão latina, possivelmente transcrita do texto original.

Após uma breve leitura, identificamos que existe uma diferença entre as edições citadas e a disponível no Arquivo de Amsterdã, esta apresenta a assinatura real e um complemento de duas páginas a mais nas quais o próprio Rei emite um parecer a respeito do Tratado de Haia, estabelecido e assinado entre seu comissário e seus pares holandeses. Em todas as edições citadas, o texto acaba com as assinaturas dos embaixadores envolvidos na negociação. Assim, uma edição baseada na transmissão direta do texto latino e assinada pelo Rei, estaria mais próxima da edição *princeps* redigida em latim e arquivada em local até então desconhecido por nós.

Embora saibamos que, na crítica textual, a *recensio* objetiva a *collatio* para reconstituição textual, aqui, não intencionamos constituir o texto original do Tratado de Haia, mas mapear a transmissão textual do referido documento.

3. Aspectos filológicos do Tratado de Haia

Como adiantamos, foi-nos disponibilizada apenas uma cópia im-

²⁷⁴ <http://lib.uqent.be/nl>

²⁷⁵ <http://www.bsb-muenchen.de/index.php>

pressa do Tratado de Haia. Estamos tentando ter acesso à versão digital, para que possamos nos apropriar melhor do manuscrito. Contudo, a seguir, adiantamos uma breve descrição filológica.

O manuscrito se apresenta em 17 laudas, cada uma delas se inicia com uma cruzeta centralizada no cabeçalho. O texto está justificado, com espaço à esquerda, provavelmente para sumário codicológico do Arquivo. O Tratado de Haia se inicia com “Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves,” e termina com “Real Magestade, e seu Secretario de Estado o fiz escrever. El Rey [constelação de cinco pontos, formando uma cruz; circunvizinhada por um traço; marcas de selo, porém não identificamos sua origem.]”. A cópia permite leitura fácil, não havendo presença de nenhum tipo de deteriorado.

Quanto à sua escrita, em todo o manuscrito, identificamos humanística cursiva, com uma letra capital no primeiro rengão. A partir da terceira lauda, o texto se divide em parágrafos numerados por algarismos arábicos seguido de um ponto. Ao total, são trinta e cinco, que se encerra na duodécima lauda.

4. Critérios da transcrição semipaleográfica

Nosso objetivo principal é editar o Tratado de Haia (1641), considerando que não verificamos uma edição do referido manuscrito; existem outras, porém se diferenciam ou no começo: identificamos que os transcritores resolveram introduzir alguma explicação aos documentos, sendo equivalentes ao nosso apenas nos parágrafos, o conteúdo principal; ou no final: verificamos que todas as versões elencadas terminam após assinatura dos comissários reais. Em nossa versão, o texto se prolonga com um parecer real acerca do acordado durante o texto.

A edição planejada é tríplice: **(a)** uma fac-similada; **(b)** uma semipaleográfica [Reprodução tipográfica rigorosa da lição de um testemunho, conservando todas as suas características (erros, lacunas, ortografia, fronteiras de palavra, abreviaturas, etc.). Também se diz edição paleográfica. (UNL/*Vocabulário*)]; **(c)** uma interpretativo, que entendemos como:

[1] edição crítica de um texto de testemunho único; nesta situação, o editor transcreve o texto, corrige os erros por conjectura (*emendatio ope ingenii*) e registra em aparato todas as suas intervenções. [2] Edição de um texto de testemunho único ou de um determinado testemunho isolado de uma tradição, destinada a um público de não-especialistas: para além da transcrição e da correção de erros, o editor atualiza a ortografia e elabora notas explicativas de ca-

rácter geral. (UNL/Vocabulário)

Utilizaremos os critérios editoriais do Grupo de Estudo *Corpus Hispánico y Americano en la Red: Textos Antiguos* (CHARTA/Universidade Alcalá de Henares/Espanha²⁷⁶), ao qual nos filiamos metodologicamente. Em Procópio (2010; 2012), discutimos esses critérios a partir da edição de textos referentes ao Brasil e escritos em Espanhol.

A seguir, listamos algumas das normas do CHARTA:

1 Cabeçalho

1.1 Identificação do documento

- Assinalam-se as siglas do arquivo e a assinatura do documento.
- Nos maços compostos por vários documentos sem assinatura própria, cada um se identifica com um número de ordem entre parêntesis, com indicação de fólios ou páginas; tendo o documento várias foliações ou paginações, segue-se àquela que melhor facilite a localização.
- No caso de transcrição parcial do documento, indica-se a parte transcrita: ff 1r-5v

1.2 Data e localização

- Expressa-se segundo a ordem: ano mês dia 1320 julho 5
- Quando a data não aparece ou está incompleta, procede-se do seguinte modo: a falta de dados se codifica com as siglas s.f. (sem data, no original: “sin fecha”), s.a. (sem ano), s.m. (sem mês) e s.d. (sem dia). Quando o ano pode reconstruir-se com certeza, situa-se entre colchetes []; se a reconstrução é aproximada, emprega-se ca. diante do ano:

s.f. [ca.1350]

s.a. [1320] julho 5

s.a. [ca.1320] julho s.d.

- Se for um documento que compreende vários anos, consignam-se as datas extremas separadas por hífen:

²⁷⁶ <http://www.charta.es/>

1320 junho 5-1322 fevereiro 7

- As eras, as calendas, os idos etc., convertem-se ao sistema de datação atual.

- A localização se coloca após a data, entre parênteses.

- Assinala-se a localidade, província atual, país atual:

(de Alcalá de Henares, Madri, Espanha).

- Se o documento estiver dado em um convento, monastério ou outra instituição, indica-se o nome, o tipo de instituição, a localidade se não coincide com o nome da instituição, província atual, país atual:

(San Andrés, igreja de Calahorra, La Rioja, Espanha)

Quando não aparece o lugar, emprega-se a sigla s.l. (sem lugar). Caso possa reconstruir, anota-se o nome do lugar entre colchetes: (s.l. [Toledo]).

- Os tôponimos se normalizam em sua forma gráfica.

1.3 Sumário

- Deve conter a indicação do tipo de documento, emissor, destinatário e breve resumo do conteúdo.

- Escrevem-se os nomes próprios tal como se mostram na apresentação crítica (segundo a primeira aparição em romance). Para se nominar personagens com titulação, prefere-se empregar nomes do tipo Fernando II de Aragão (e não Fernando o Católico).

1.4 Escrivão

- Inclui-se o nome do escrivão, empregando a mesma grafia que aparece na apresentação crítica, seguido da frase literal que expressa o tipo de intervenção entre parênteses e em itálico:

Pero Gil (*la fiz escrever*)

Juan de Palacios (*que escreve a declaração de Andrés Díaz*)

1.5 Tradutor

• Se o documento é uma tradução ao espanhol, inclui-se o nome do escrivão e, entre parênteses, o do tradutor:

Francisco de Araújo de Moura (tradutor: Tomás Gracián Dantis-co)

2 Elementos codicológicos

2.1 Indicações sobre a numeração de folha/fólio, coluna e linha

• Anotam-se o número de folha/fólio, linha e a letra da coluna entre chaves e no lugar que corresponda, embora seja em metade de palavra.

folha número 3: {h 3} (no original hoja)

fólio número 8: {f 8}

linha 7: {7}

coluna primeira: {a}

• A indicação de reto (“r”) e verso (“v” – no original vuelto) faz-se imediatamente após o n.º de folha ou fólio, sem espaço.

folha número 3, reto: {h 3r}

fólio número 8, verso: {f 8v}

• As colunas são indicadas mediante letras: “a”, “b”, “c”... após o n.º de folha ou fólio, sem espaço. Se o documento está formado por um único fólio, expressa-se a letra só.

folha número 3, coluna segunda: {h 2b}

fólio número 2, reto, coluna primeira: {f 2ra}

• Aos números de linhas e às letras de colunas não lhes precede abreviatura:

{1}, {2}, {a}, {b}

• Enumeram-se todas as linhas do manuscrito tanto na transcrição paleográfica como na apresentação crítica.

• Os parágrafos não se enumeram.

- Para indicar a mudança de linha nas glosas marginais, emprega-se a linha vertical (|).

2.2 Deterioração do original

- Caso exista a certeza de que há caracteres no espaço deteriorado por rasgado, dobradura ou mancha, na transcrição paleográfica, empregar-se-ão asteriscos (*): se se sabe o número concreto de letras ilegíveis, emprega-se um asterisco por cada letra faltante; se, pelo contrário, não se sabe o número exato de letras, empregam-se três asteriscos separados entre si por um espaço e dispostos entre colchetes:

d** vez*nos (do original: dos vezinos, dois vizinhos) dos v[* * *]

- Caso não se conheça se havia ou não texto, expressa-se a causa da deterioração em itálico e entre colchetes, no lugar que lhe corresponda:

[rasgadura]

[dobradura]

[mancha]

- Na apresentação crítica, os fragmentos reconstruídos pelo editor se expressam entre os símbolos de maior que e menor que, também chamados de colchetes angulares:

d<os> vez<i>nos

- Os fragmentos de texto que não se possam reconstruir, na apresentação crítica, substituem-se por reticências entre os colchetes angulares:

dos <...> de la villa

3 Símbolos ou elementos especiais

- Empregam-se os colchetes e o itálico para indicar a presença de signos ou elementos especiais:

[cristograma, lábaro]

[cruz]

[signo]

[rubrica], [assinatura], [assinatura em árabe], [assinatura em hebraico] etc.

• A indicação se faz no lugar que lhe corresponda, embora seja na metade da palavra:

...fiz aqui mio sig[signo]no...

4 Indicações sobre intervenções no texto

• Só se consideram aquelas que se integram no texto.

• Estas intervenções se assinalam entre colchetes e em itálico, e a indicação precede ao texto concernido (incluído nos colchetes):

...amas las partidas & falle [interlineado por pesquisa] derecha... (indicaria que “por pesquisa” é o texto interlineado).

• As indicações possíveis são as seguintes:

[*riscado*]

[*raspado*]

[*sobrerraspado*]

[*interlineado*] ou [*interlineado outra mão*]

[*margem*] ou [*margem outra mão*]

[*mão 2*], [*mão 3*] ou [*mão 1*]

[*margem*] se refere ao texto original que, por esquecimento ou correção, o copista se viu obrigado a escrever na margem e não interlineado. Inserta-se, no texto, no lugar que corresponda e as linhas separar-se-ão mediante barra vertical (|).

[*margem outra mão*] se emprega para notas ou glosas marginais ao texto cuja importância aconselhe sua transcrição. Insertam-se no lugar que se considere mais conveniente.

A mudança de mão dentro do texto leva a indicação de [*mão 2*], [*mão 3*]... colocada no começo da mudança. A [*mão 1*] só se marca para indicar a volta à mão inicial.

5 Critérios para a edição paleográfica

5.1 Desenvolvimento de abreviaturas

• As letras resolvidas se marcam com o uso dos colchetes angulares:

om<n>e

• As letras sobrescritas são consideradas abreviadas sempre que realmente abreviem, e se marcam com o uso de maior que e menor que:

qien → q<ui>en / md → m<erced> / vos → v<ezino>s

• Os compêndios e as abreviaturas silábicas, cuja morfologia é idêntica para o latim e o romance, são desdobrados, segundo o contexto latino ou romance:

gra → gr<ati>a – gr<aci>a trra → t<e>rra – t<ie>rra nro → n<ost>ro – n<uest>ro

• Os compêndios de morfologia latina são desdobrados em sua forma latina, por respeito à forma:

sco → s<an>c<t>o (v.i. § 2.1)

• Nos compêndios de origem grega, como ihs xps, ihu xpu, jhu x^o... mantêm-se as letras que os formam:

ihs xps → i<e>hs<us> xp<i>s<to>

Neste caso, a equivalência latina se baseia na proximidade morfológica das letras e não na correspondência alfabética (ih = ιη, xp = χρ), correspondência que já não se reconhece na Idade Média, como o demonstra a escrita frequente ihesu(s) ou iherusalem com todas as letras. A incoerência menor parece ser desenvolver ihesu xpisto (v.i. § 2.1).

• As fórmulas de tratamento abreviadas se desdobrarão na transcrição paleográfica de acordo com sua forma e valorizando seus diferentes desdobramentos (v.i. § 2.1):

vm → v<uestra> m<erced>

• Deve-se ponderar, em cada documento, quando um til é realmente abreviatura e quando expletiva em casos como:

No/non, ni/nin

Maçana/mançana, conoçer/coñoçer... (distinguir da cedilha do ç)

- Mucho / mucho (diferenciar do dígrafo ch com til)

Reys / reyes, bueys / bueyes (distinguir do ponto sobre o y, transformado em til)

- Não se considera o til sobre como.

• Quanto à palatal nasal, transcreve-se “n<n>” (também “<n>n” na documentação mais recente), e ñ a partir do século XVI.

• Resolve-se n ou m antes de p, b segundo o uso geral do manuscrito; se nunca aparece a sequência com a nasal explícita, empregar-se-á n ou m segundo seja o habitual na tradição à que pertence o manuscrito.

• Se não há til ou qualquer outra marca abreviativa, não se restituem as letras que faltem.

- O signo tironiano se expressa com o símbolo “τ”.

5.2 Grafias

Reproduzem-se as letras e não as distintas formas que possa adotar cada letra, do seguinte modo:

- d reto e uncial → d.
- r de martelo, uncial, com caimento → r.
- s redondo, alto, baixo, sigmático, sobrescrito → s.
- z copado, de traço superior reto, sigmático → z.
- v baixo e alto → v.
- u / v → mantêm-se.
- i / j / i alto → mantêm-se i / j, com o que se representa tanto j como i alto.
- z copado / ç → transcrevem-se z e ç, respectivamente.
- ç / c → mantêm-se, inclusive quando c é grafia de sibilante (cabeça).
- Sigma → transcreve-se s / z segundo seu valor suposto.
- Mantêm-se as consoantes geminadas (sabbado, abbat, mill), assim como as simples por duplas e as duplas simples (carera “carrera”, on-

ra “honra”).

- Requer especial atenção a distinção entre letras dobradas e letras de traço duplo (f e s alto). Observar-se-ão os usos particulares do manuscrito.

5.3 Números

- Os números romanos manterão os caracteres do texto: lxxvj U
- Mantém-se o caráter U para mil.
- Expressam-se os pontos que delimitam os numerais: .xiiij.
- Os números arábicos se mantêm em cifra.

5.4 Maiúsculas e minúsculas

- Capitais, maiúsculas e letras baixas de morfologia de maiúscula se transcrevem com maiúscula.

- As letras altas se transcrevem com maiúscula ou minúscula segundo os usos e a intenção do copista.

5.5 Acentuação

- Os sinais diacríticos como o ponto sobre o y ou os pontos ou as travessões sobre duas letras iguais seguidas (íí, éé, řř) se eliminam.

- Expressam-se os acentos se marcam acentuação real (por exemplo, os que se utilizam em alguns documentos ao transcrever nomes estrangeiros).

5.6 União e separação de palavras e ruptura de palavra ou final de linha

- Devem-se diferenciar as palavras unidas das palavras enlaçadas mediante traço cursivo, posto que apenas se transcrevem juntas as primeiras.

- A ruptura de sílaba ao final de linha se marca onde corresponda no manuscrito.

5.7 Pontuação

- Respeitam-se os sinais básicos: (.), (,), (:), (; em lugar de ponto e vírgula invertida), (/), (-), (+), (!), (¶).
- O ponto alto ou médio se transcreve baixo.
- Os sinais de pontuação devem ser escritos juntos à palavra anterior, sem espaço em branco, salvo no caso dos (.) que limitam ou ladeiam abreviaturas e numerais romanos.
- Eliminam-se os pontos, os travessões etc., que se empregam para completar a linha.

Considerações finais

A edição de um texto como o Tratado de Haia permite múltiplos estudos, desde o linguístico, o filológico até o histórico. Como apenas iniciamos, faltam ainda identificar com segurança informações arquivísticas e separar as abreviaturas e as siglas para composição de um vocabulário. Embora não seja fácil transcrever, acreditamos que o cotejo e o estudo com as outras lições nos permitirão maior profundidade teórica, pois passaremos da mecânica transcrição para a detida análise.

A sorte do tratado, ou seja, o número de cópias precisa ser examinado para que seu levantamento estemático seja concluído, consequentemente sua unidade e integridade, observando supressões e inserções intertextuais. Com isso, haveremos de ter estudado a linguagem do texto, bem como seu contexto sócio-histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÉVALO JORDÁN. *Introducción a la paleografía hispanoamericana*. Buenos Aires: Ediciones del Sur, 2003.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica I*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

BERNARD, Jacques. *Recueil des traités de paix, de trêve, de neutralité, de suspension d'armes, de confédération, d'alliance, de commerce, de garantie, et d'autres actes publics [...] de 1601-1661*. Vol. 3. Amsterdam/Haye: Chez Henry et la veuve de T. Boom/Chez Adrian Moetjens, Henry van Bulderen, 1700, p. 411-414.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 1983.
- BOXER, Charles Ralph. *Os holandeses no Brasil, 1626-1654*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961.
- CALVO, Carlos. *Colección histórica completa de los tratados: 1493-1694*. Paris: Durand, 1862, tomo 1, p. 54-66
- CASTRO, José Ferreira Borges. *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1856, tomo 1. p. 24-49.
- FLEXOR, Maria Helena O. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Secretaria da Cultura: Coordenadoria de Atividades Culturais, Departamento de Artes e Ciências humanas – Divisão de Arquivo do Estado (DAE), 1979.
- HUTTER, Lucy Maffei. *Navegação nos séculos XVII e XVIII*. Rumo: Brasil. São Paulo: Edusp, 2005.
- LOBO PUGA, Ana. Edición de textos: tipos y utilidades. *Id est, loquendi peritia. Aportaciones a la Lingüística Diacrónica de los Jóvenes Investigadores de Historiografía e Historia de la Lengua Española*. Sevilla: Universidad, p. 65-69, 2011.
- PROCÓPIO, Eliabe. *Documentos relativos a Brasil conservados en los archivos españoles (1535-1625): edición y estudio*. 2010. Dissertação (Mestrado em Filologia Hispânica). – Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- _____. *Documentos relativos ao Brasil conservado nos arquivos espanhóis (1535-1625)*. Curitiba: Appris, 2012.
- RODRIGUES, José Honório. Os holandeses no Brasil. In: MORAIS, Rubens Borba; BERRIEN, William. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1998, vol. 2, p. 791-893.
- RUIZ, Elisa. *Manual de codicología*. Salamanca: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1988.
- SALVADOR, Frei Vicente do. *Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889.
- UNIVERSIDADE Nova de Lisboa. *Glossário de crítica textual*. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/invest/glossario/glossario.htm>>.

APÊNDICE –

Transcrição da primeira lauda do Tratado de Haia (1641)

Tratado de Haia

[*INSERIR localização arquivística*]

1641 junho 12 (Haia, Holanda)

[*INSERIR resumo*]

{f1} {1} Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves, {2} daquem e dalem mar em Africa, s<e>ñior de Guine, e da conquista, {3} navegação e comercio d'Ethiopia, Arabia, Persia, e da India {4} [sinal de parágrafo] Faço saber atodos os que esta minha carta patente de ap- {5}provação, ratificação e confirmação virem, que porquanto a{6}os doze dias do mez de junho próximo passado deste anno {7} presente de mil e seiscentos e quarenta e hum na Villa de Haya {8} do Conde dos Estados d'Olanda se assentou, fez e concludio hu<m> {9} Trattado de tregoaes, e cessação de todo acto de hostilidade, {10} eacto de navegação e comercio e juntamente de socorro por {11} tempo de dez annos entre Tristão de Mendonça Furtado do meu conselho e meu Embaixador e procurador bastante de hu<m>a parte {12} os Magnificos e Illustres Rutgher Huygherns, Pvan, {13} Brouchonon, Cats, Gsvan Visberghen, Joan Van Reede, Juan {14} Veldtriel, Vanhuarsolte, Vuigholt, Aldringa Commissarios Depu{15}tados para o ditto Trattado dos muito poderosos Estados geraes {16} das Provincias Unidas, porvertude de hum poder e procuração {17} dada na sobreditta Villa de Haya do Conde e sellada com {18} o seu sello maior aos nove dias do ja ditto mez de junho deste anno {19} presente, do qual Trattado o ter e forma deverbo adver hu<m> {20} he o seguinte.

{21} Tratado das tregoaes e suspensão de todo o acto de hostilidade, e bem assy<m> <22> de navegação, comercio, e juntamente socorro entre o Serenissimo e {23} Poderosissimo dom João 4º. deste nome Rey de Portugal e dos {24} Algarves, daquem e dalem mar em Africa, senhor de Guine, e da {25} conquista, navegação e comercio d'Ethiopia, Arabia, Persia, e da {26} Indias Y de hu<m>a parte, y os senhores ordee<n>s geraes das Provin{27}cias Unidas de outra feito começado e accabado p<e>lo senhor Tris{28}tão de Mendonça Furtado do conselho de S<ua> Magestade e seu em{29}baixador, e p<e>los senhores Rugero, Huyghens, cavaleiro, jaco{30}bo de Brouchouen , Consul que foi da cidade de Leide, Jacobo {31} Cats cavaleiro Conselheiro pensinario d'Olanda e de Frisa oc{32}cidental, Gaspar de Vosberghen cavaleiro e senhor de Jsselaer, João {33} de Reede senhor de senhor de Reins Voude e Thiens senhor de Uvon den berch {34} João Veldtrich Consul da Cidade de Doccum, Assuero de Haer sol{35}te Haerstij e Echeue do Governo de Zelandia, VVigboldo Aldringa

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Anexo – Fac-símile da última lauda do Tratado de Haia (1641)

Se a badija ou ua contra ella de haiveo da hy jobeca
e obrigação de tirar os bairros das geraes, e especies,
por fentes, e futuras de meus Reynos, Estados e terra
Real; Com tal declaração que para mais certa e prompta
execução do que se contém no Artigo vinte e seis do
dito Tratado acerca do exercicio de delictos
que se fizessem os moradores e subditos das ditas Pro-
vincias Unidas, por ser materia a que não alcança a Jurisdição
juridica Real secular de que uso, mandamos que
ao D. S. Padre Urbano Tava oitavo, parogue com
seu consentimento e a promissão se stabilica e confirme,
E que executado ferado os subditos enabonados das ditas Pro-
vincias Unidas em todos meus Reynos, Estados e terras
tratados com tanto favor e benevolencia, e de tal modo
que a dita causa da consciencia delictos se des-
nada de molestia nem inquietação alguma, como elles
não dirão scandalo. E por mandado, feo, e firmeza
deltado, mandy se far a qu fente fente por my assignada
e sellada com o sello grande de minha armaz. Pada
na cidade de Lisboa aos dez e cinco dias do mez de novembro
do Anno de qu mil e quatro e setenta e quatro
de novo sair. Jm fente de mil e quatro e setenta e quatro
emm Ceu Francisco de Lucena do fente de sua sacra
Real Magestade, E seu Secretario d'Estado a fite executado.

El Rey